



## ***Dimensão discursiva das mudanças sócio-ambientais na Amazônia:***

### **Centralidade Ambiental x Invisibilidade Urbana<sup>1</sup>**

MSc. Rosane A. Steinbrenner<sup>2</sup>

Doutoranda NAEA/UFGA

#### **Resumo**

A proposta deste ensaio é discutir conceitos e noções, a partir da análise crítica do discurso, que podem ajudar a revelar e compreender regularidades no processo de produção de sentido dos diferentes campos discursivos sobre a Amazônia. A hipótese aqui defendida, é que há, na atualidade, uma preocupante *invisibilidade do urbano* na Amazônia que se evidencia como efeito colateral de uma *centralidade ambiental* histórica, estratégica e polifônica, reconhecível nas várias vozes evocadas pelos múltiplos campos de produção de sentido, em especial na tríade formada pelos campos científico, político e midiático. Tal centralidade parece ter, por sua vez, um elemento constitutivo também regular, a idéia renovada do mito do “Eldorado”, que se manifesta pela visão exógena da região a partir do uso (ou não uso) de suas riquezas naturais.

**Palavras chaves:** discurso, ambiental x urbano, mito, Amazônia.

#### **Introdução**

Como diz Bauman (2003), palavras têm significado e algumas guardam sensações. Mas palavras não são neutras ou independentes. Revelam visões de mundo daqueles que impõem os efeitos de sentido sobre elas. Palavras deixam marcas e constroem discursos, manifestos em textos que circulam dentro e fora de seu tempo de origem e que por sua vez influenciam o significado e a transformação das relações e das coisas no mundo. Assim é com a palavra “Amazônia”, impregnada de efeitos de sentido construídos, reafirmados ou renovados ao longo do tempo, mas que ainda remetem ao mítico e sensorial: *mistério*, *assombro* e *encantamento* diante da *gigante paisagem volúvel de misteriosas vontades*<sup>3</sup>, dizia Euclides da Cunha ao relatar suas impressões sobre a bacia do Rio Amazonas no início do século XX.

Historicamente, a imagem da Amazônia tem sido pautada pela temática ambiental. Desde os relatos de viajantes a partir do sec. XVI (LA CONDAMINE, 1972; GONDIM, 1994; CONCEIÇÃO, 1996) até as narrativas recentes, presentes na mídia (DUTRA 2004; BUENO, 2002), a representação do espaço amazônico é cunhada pela noção do *exotismo*, revertido recorrentemente em *estranhamento* diante da “terra incógnita”, ora paraíso ora inferno. Região entendida, repetidamente, como fonte disponível de riquezas naturais para a solução de problemas externos – sejam eles lusitanos no passado distante; nacionais, a partir das políticas desenvolvimentistas dos anos 70 ou globais, diante das noções de

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao GT Práticas de Comunicação, no VI Congresso de Ciências de Comunicação da Região Norte.

<sup>2</sup> Rosane Steinbrenner é jornalista (UFPR), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos estudos Amazônicos (NAEA) - Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>3</sup> Termos retirados de texto de Euclides da Cunha sobre a Amazônia. Prefácio do livro *Inferno Verde*, de Alberto Rangel (1904) In: *Parcerias Estratégicas*, n.12, Setembro de 2001. p.329-30. Disponível em <http://fip.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias12/19Euclides.pdf>



biodiversidade e sustentabilidade planetária, na atualidade. Tal centralidade ambiental, seja como for, tende a promover a invisibilidade de grupos humanos, em especial, na atualidade, das populações urbanas da Amazônia.

A hipótese aqui defendida, é que há, na atualidade, uma preocupante *invisibilidade do urbano* na Amazônia que se evidencia como efeito colateral de uma *centralidade ambiental* histórica, estratégica e polifônica, reconhecível nas várias vozes evocadas pelos múltiplos campos de produção de sentido sobre a Amazônia, em especial a tríade formada pelos campos científico, político e midiático. Tal centralidade ambiental, ainda que em diferentes momentos e contextos e com finalidades diversas, parece ter, por sua vez, um elemento constitutivo também regular, a idéia renovada do “Eldorado”, que se manifesta pela visão exógena da região a partir do uso (ou não uso) de suas riquezas naturais.

A grandiosidade natural da Amazônia enquanto senso comum é, portanto, uma obviedade construída por um olhar de fora para dentro, o olhar do *descobridor*, que percebe a região enquanto paisagem, que a prioriza enquanto bioma, mas que negligencia ou *invisibiliza* o ser humano que a habita. O que está em jogo é a imposição de sentido sobre o que é a “Amazonia”, para que e a quem serve tamanha riqueza natural, em grande parte ainda por ser revelada.

A proposta deste ensaio é discutir conceitos e noções, a partir da análise crítica do discurso, que podem ajudar a revelar e compreender regularidades no processo de produção de sentido dos diferentes campos discursivos sobre a Amazônia. O caminho será buscar as características principais da regularidade enunciada (a pressuposta centralidade da temática ambiental), para revelar o caráter ideológico do não-dito (a invisibilidade humana/urbana).

Para isso, recorreremos à interdisciplinariedade, convocando à exemplo de Fairclough (2001), um variado mosaico de categorias e perspectivas teóricas (*discurso e poder* em Foucault, *polifonia* em Bakhtin, *interdiscursividade* em Maingueneau, *representações* em Moscovini, *hegemonia* em Gramsci, *contrato de leitura* em Verón). Recorreremos ainda à Bourdieu, à sua noção de *região*, enquanto lugar de disputa de poder simbólico. Para discutir as especificidades históricas e culturais amazônicas, a idéia de sua “invenção” e mito, fomos buscar Mendes, Gondin, Paes Loureiro, Maués. Por fim, dos trabalhos de Manuel Dutra e Magali Franco Bueno trouxemos elementos para ilustrar a discussão que aqui se esboça sobre tal centralidade ambiental, presente nos diferentes olhares sobre a região.

### **I. Alguns conceitos centrais: o “discurso” sobre a “região”**

Entende-se o *discurso*, com base em Foucault, como “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (FAIRCLOUGH, 2001,p.91), e também como um modo de representação (conhecimento e crenças). O discurso vem a ser o “lugar” onde se materializam as ideologias e as disputas pelo poder” (FOUCAULT, 1971, apud CARDOSO, 1999). “Lugar” de trabalho da produção de sentido, sentido este que não é da ordem do enunciado (do dito, do conteúdo), mas da enunciação (do não-dito ou dos modos de dizer), e portanto seria mais adequado falar não em sentido mas em *efeito de sentido* (FAIRCLOUGH, 2001; FOUCAUT,1995, 1979; BATHKIN,1995), ou, como coloca Verón (2002) mais recentemente, em *campo de efeitos de sentido*, na medida em que uma mensagem não produz imediatamente um e único efeito.

Em última análise, discurso é uma “prática” social. As normas dessa prática são “regras ou “regularidades”, dando conta de um certo número de enunciados. O enunciado, vem a ser o produto do



ato de enunciação, manifesto em textos através da linguagem, verbal ou não verbal. Os textos, sob os quais recaem as análises discursivas, são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais. Logo, só se completa com a fase de contextualização (LIMA, 2006). Dessa forma, é a regra ou regularidade que ordena toda a formação discursiva de acordo com os limites históricos, culturais e ideológicos de cada campo discursivo. Ou seja, é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso.

A prática ou formação discursiva, no entanto, não deve ser vista como um sistema fechado a partir de invariantes, mas como resultado de um processo dialético, num espaço de troca entre sentidos que se deslocam de acordo com as lutas ideológicas travadas (MAINGEUNEAU, 1993). Essa a idéia contida na noção de intertextualidade ou polifonia de Bakhtin, ou de interdiscursividade defendida por Foucault e Maingueneau. Isso significa dizer que a autoria do discurso não é individual mas social e portanto, mesmo que de forma irrelatada, traz em si, vestígios de outros discursos, concorrentes ou complementares, que migram dentro e entre os diferentes campos. Os campos discursivos por sua vez, de acordo com Maingueneau (1993), podem se definir por múltiplos parâmetros, a tradição, por exemplo os define por sua institucionalidade (campos discursivos religioso, político, literário, científico, midiático).

#### **“Região” amazônica em foco**

De início, faz-se necessário pensar também o objeto mais amplo de nosso foco, a Amazônia, ou as representações sobre a região amazônica. Segundo Bourdieu, a idéia de região já em sua etimologia (*regio*) conduz ao princípio da *di-visão* - ato que consiste em “traçar as fronteiras”, em “separar o interior do exterior”. Uma região, segundo o autor, deve ser percebida como resultado de “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social, e por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (BOURDIEU, 1989, p.112). Ou seja, a região não é senão resultado de um jogo de poder para impor limites a partir de uma dada visão de mundo.

O que se entende por *região* amazônica tem mudado ao longo da história, desde uma visão espacial inexistente dos primeiros colonizadores a uma visão determinada por estatuto legal<sup>4</sup> nos anos 50, que se mantém ainda hoje, até na atualidade à busca ainda incerta pela delimitação, a partir de diferentes critérios, do que se entende espacialmente pela Grande Amazônia ou Pan-Amazônia<sup>5</sup>. O que se tem claro é que todas as representações espaciais, em diferentes momentos e contextos, resultam de representações mentais, ou seja, de “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem seus interesses e os seus pressupostos” (Idem).

As representações mentais por sua vez forjam e são forjadas por representações sociais, que são elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e de gestos. Há que se considerar que as representações sociais, muitas vezes idealizadas a partir da disseminação de mensagens e de percepções advindas do “senso comum”, sempre refletem as condições contextuais dos sujeitos que

---

4 Definida pela Lei 1806 de 1953 que criou a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia) - definição que se mantém até hoje - a Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira inclui os sete estados da região Norte (Amapá, Tocantins, Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre) e mais o estado de Mato Grosso e parte do estado do Maranhão (a oeste do Meridiano 44).

5 As expressões Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira, Região Amazônica, Amazônia Sul-Americana ou mais recentemente Pan-Amazônia ou Grande Amazônia “compreendem diferentes enfoques, discernimentos e representações espaciais”, porém, de forma geral, todas se referem “à maior selva tropical úmida do planeta, localizada ao norte da América do Sul, à bacia hidrográfica do rio Amazonas e às nações que têm território nestas áreas” (GUTIERREZ et alii, 2004 apud ARAGÓN, 2005, p.14).



as elaboram, ou seja, suas condições socioeconômicas e culturais (MOSCOVICINI, 1989, apud FRANCO, 2004). As representações sociais, encontra suporte e abrigo nas práticas discursivas. Nesse sentido, entender a formação das representações sociais da Amazônia a partir de elementos de regularidade nos enunciados descritivos sobre a região parece oferecer, neste primeiro momento, um importante fio condutor para análise.

Feitas estas distinções conceituais, partimos para um ensaio analítico exploratório, de certos elementos regulares, ou possíveis regras, de caráter mítico, presentes na, aqui chamada, dimensão discursiva das mudanças socio-ambientais da Amazônia.

## **II. A (re)construção da Amazônia mítica**

É possível constatar que desde os relatos de viajantes, descritos em inúmeros estudos (LA CONDAMINE, 1972; GONDIM, 1994; CONCEIÇÃO, 1996) até os discursos recentes, presentes na mídia (DUTRA 2004; BUENO, 2002), a representação do espaço amazônico é forjada por uma centralidade da temática ambiental. A natureza (floresta, rios, riquezas naturais), elevada à condição de atributo máximo de classificação da Amazônia - o que por si só reforça, em paralelo, a idéia de *desumanização* do espaço, traduzida, por exemplo, na noção emblemática de “vazio demográfico”, de “pulmão do mundo”, até a noção mais recente da megabiodiversidade amazônica, construída a partir dos anos 90.

Tais enunciados descritivos, nos diferentes campos discursivos que formam o sentido de Amazônia (campo científico, campo político, campo midiático), têm em comum estarem reproduzindo vozes recorrentes do passado, que (re)apresentam, em momentos e contextos diferentes, a idéia exótica da região. Através de um jogo de metáforas e vocábulos de caráter mítico e mágico a percepção sacralizada e utópica sobre a Amazônia é algo recorrente. Estão presente nos primeiros relatos de viajantes no século XV e XVI e de expedições de naturalistas europeus e americanos no século XIX; nas obras de autores brasileiros do início do século XX (Euclides da Cunha e Afonso Rangel); nos discursos de presidentes de meados do século passado em viagem à região (Getúlio e Juscelino), e ainda hoje, de forma emblemática, nos diferentes dispositivos do campo midiático (filmes comerciais, documentários e reportagens especiais de televisão, jornais e revistas).

### **Os primeiros a olhar de fora: viajantes e naturalistas na Amazônia**

Os primeiros viajantes a penetrar pelo rio-mar da terra desconhecida vinham em busca de lendas que revelavam uma dupla motivação: os fatores econômicos e a curiosidade. A busca pelo “país do Eldorado e da canela” atraiu Francisco Orellana (1541-1542) no que seria a primeira expedição européia do grande rio, rebatizado pelos espanhóis como “das Amazonas” (Maués, 1999), numa referência à imagem mágica de *mulheres guerreiras*, numa clara alusão à mitologia clássica, que influenciava com a idéia do éden na terra o imaginário do conquistador europeu. Segundo Buarque de Hollanda (1977), ao contrário dos espanhóis, as expedições lusitanas no século XVI, dominadas pelo sentimento cristão do imaginário medieval, vinham seduzidas não tanto pelo eldorado mas pela idéia do “paraíso” ou inferno” terrestre.

Com a abertura da navegação do Amazonas e dos portos brasileiros em 1808, várias expedições de naturalistas europeus e americanos percorrem a bacia do Rio Amazonas. Desde meados do século XVIII, a Europa se lançara a um “redescobrimto” do mundo, “mas agora com intuítos muito distintos, que se



remetem principalmente a uma apropriação *científica* da natureza “selvagem” dos trópicos” (MEDEIROS HAUERTA, 2006).

Como fatores propulsores dessas viagens transatlânticas de pesquisa, além da curiosidade e o interesse científico de registrar o pitoresco mundo natural amazônico aos olhos dos europeus, estava presente a busca por imensas riquezas naturais não exploradas (BUENO, 2002). Nesse sentido, segundo afirma Manthorne (1996), o “Eldorado”, entre os mitos que atraíam esses aventureiros, “provou ser historicamente o mais importante” (MANTHORNE apud BUENO, 2002, p.47).

Assim, quase dois séculos depois dos primeiros viajantes, a lenda da época da colonização que falava de uma cidade cujas construções seriam todas feitas de ouro maciço e cujos tesouros existiriam em quantidades inimagináveis continuava a compelir aventureiros a cruzarem o oceano e embrenharem-se na Amazônia. Assim também, tempos depois, o mito revisitado iria atrair milhares de migrantes pelas promessas do “ouro negro” no auge do ciclo da borracha no século XIX, ou, mais recente, pela conquista do “ouro amarelo” nos garimpos no interior da floresta. Também a idéia da “última fronteira” ou do acesso fácil à uma *terra sem lei e sem dono*, e até mesmo a noção atual globalizada da *megabiodiversidade amazônica*, podem ser entendidas como fomas recontextualizadas do mito do Eldorado amazônico.

#### ***De paraíso à inferno verde***

No final do século XIX, na fase áurea do “ciclo da borracha”, difunde-se a noção da Amazônia não mais como o paraíso na terra, mas como sua antítese. A expressão “inferno verde”, título da obra ficcional de Alberto Rangel (1904), vai apresentar a floresta como um grande obstáculo para a ação do homem. Apesar de reconhecer a convivência harmoniosa entre o nativo e o meio e de criticar a ambição desenfreada dos exploradoras, Rangel vai defender, no discurso final do narrador de sua obra, que a floresta, então personificada, guarda a esperança de se tornar “obra de civilização” somente pelas mãos de “raças superiores”, dotadas de firmeza e inteligência e “providas de dinheiro”.

Inferno é o Amazonas...inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem da amada das terras d’onde veio carinhosamente resguardada na alma ansia da de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto à violência dos estrupadores...Mas, enfim, o inferno verde, se é a gehenna de torturas, é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida à raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra da civilização. (Rangel, 1927, p. 280)

Contemporâneo e amigo de Rangel, Euclides da Cunha, ainda que na defesa da relação homem-natureza, ao prefaciar o livro *Inferno Verde*, compara a Amazônia à uma página inacabada da gênese, da qual resulta uma natureza portentosa em demasia diante da fragilidade do homem local. “Naquelas paisagens volúveis imaginam-se caprichos de misteriosas vontades[...] Ora, entre as magias daqueles cenários vivos, há um ator agonizante, o homem.” (CUNHA, 2001, p.329-30)

Esta imagem da Amazônia, a ser domesticado pela ação de externos, que vê a população local como inferior, indolente ou incapaz de vencer este *gigante* repousa num olhar bem anterior, presente na ideologia eurocentrista do sec.XVIII que manifestava a crença na inferioridade do continente americano<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Segundo Georges-Luis Lecrec, o conde de Buffon, que publica o livro *História Natural, geral e particular* em 1749, sem nunca ter pisado nas Américas, “o continente americano em seu estado bruto era hostil ao homem, com suas



“Nesse sentido, como diz Bueno (2002), a imagem da Amazônia como inferno verde pode ter servido de justificativa a sua devastação exploradora, na medida em que transforma a floresta num inimigo a ser vencido“ (BUENO, 2002, p.63). E é desta forma que ela passou a ser encarada pela visão desenvolvimentista do discurso oficial, a partir dos anos 50 do século XX.

### ***O desenvolvimentismo e o “vazio demográfico”***

O olhar mítico ambivalente sobre a região, entre o paradisíaco e o infernal, se faz presente também no discurso oficial do campo político. Nos anos 40, segundo transcrição de Dutra (1999), o então presidente Getúlio Vargas, iniciou seu *Discurso do Rio Amazonas*, recuperando clichês da visão recorrente da Amazônia:

Com o conhecimento da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. (Getúlio Vargas. Manaus, 10 de outubro de 1940, apud Dutra, 1999, p.1)

No final dos anos 50, essa mesma idéia de *estranhamento* e isolamento, de uma Amazônia mágica, distanciada do restante do país, da “Patria maior”, vai aparecer nas memórias do presidente Juscelino Kubitschek. No trecho em que se refere à construção da rodovia Belém-Brasília, refere-se à Amazônia como um “organismo de vida própria, existindo ao lado, mas independentemente, do corpo do Brasi”, ao mesmo tempo que indaga[...]”Que haveria, na realidade, no interior daquele universo vegetal?”(Kubitschek, 1975, p.86-7, apud Dutra, 1999, p.2).

No período que vai de 1966 a 1985, sob a moldura de um modelo nacional desenvolvimentista, inaugurado na Era Vargas com a intervenção do Estado na economia e no território, a noção do “vazio demográfico” ganha força e serve como justificativa para os pesados investimentos governamentais e externos realizados em grandes obras de infra-estrutura na região, voltados ao interesse do grande capital (HOMMA, 2002, COSTA, 1997, BECKER, 2004, MATTOS et all, 2001, MAUÉS, 1999). Na perspectiva de “integrar para não entregar” e na defesa da ocupação do espaço “vazio”, milhares de migrantes, desinformados sobre as reais condições locais, foram atraídos pela promessa renovada do Eldorado.

Como resultado de um modelo macroeconômico, que não contemplava o impacto das ações sobre o meio ambiente, foram gerados graves custos sócio-ambientais: exploração voraz dos recursos naturais e baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) em toda a região. Mais uma vez desconsideraram as populações já existentes, assim como os primeiros colonizadores o haviam feito com as populações indígenas quando aqui chegaram. Novamente a (re)invenção recorrente da Amazônia pelo olhar e discurso dominante alienígena, que desconsidera os interesses regionais.

### ***Os anos 90 e a biodiversidade como novo Eldorado***

A partir dos anos 70, com a crise do petróleo e a conseqüente conscientização da finitude dos recursos energéticos, a questão ambiental emerge no mundo. Surge então um novo paradigma para o desenvolvimento, baseado na noção de sustentabilidade<sup>7</sup>, um conceito originado em Estocolmo (1972) e

---

paisagens pantanosas, inundadas e fétidas, sendo seus habitantes selvagens, “primos” dos animais, marcados pela insensibilidade e pela imaturidade” (Medeiros Lahuerta, 2006).

<sup>7</sup> “Na sua forma mais clássica, entende-se por sustentável “um desenvolvimento que satisfaz às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer às suas” (BRUNDTLAND, 1987). O desenvolvimento sustentável surge como reação à camisa de força das definições puramente econômicas,



consolidado na Rio 92, cujas bases consensuais se referem ao ideal de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental (LEIS, 1995; GUIMARÃES, 1995).

Desde então a Amazônia vem despertando a atenção de organismos nacionais e internacionais em busca de soluções sustentáveis para os diferentes problemas, particularmente os de natureza ambiental, diretamente relacionados ao homem planetário (STEINBRENNER, 2004). Problemas como emissão de carbono, efeito estufa e aquecimento global, comumente associados ao desmatamento na Amazônia.

Com a globalização e a interconexão da economia, das finanças e das arenas políticas, “a natureza é valorizada como capital de realização atual ou futura e como fonte de poder para a ciência contemporânea”. (Becker 2004, p.35). Se os fluxos financeiros passam a ser globais os estoques de natureza estão localizados em territórios de Estado ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente. A apropriação da decisão sobre o uso de territórios e ambientes como reservas de valor, torna-se uma forma de controlar o capital natural futuro.

A disputa das potências detentoras da tecnologia pelos estoques de natureza, localizados, sobretudo em países periféricos, incide vigorosamente sobre o Brasil, em especial sobre a Amazônia. Sob o manto da biodiversidade e da sustentabilidade, o “imenso capital natural” da região, mito edênico reeditado, tem renovado seu valor<sup>8</sup>.

### III. “Amazônia” na mídia e política

Tal centralidade ambiental se evidencia de forma contumaz no discurso midiático, narrador privilegiado a construir o imaginário popular e a influenciar os outros campos de disputa de sentido do que vem a ser “Amazônia”. Como coloca Fiorin (1995), todos os textos e imagens apresentados pela imprensa, assim como aqueles produzidos por outros campos sociais, materializam uma ideologia, compreendida como visão de mundo, que é sempre “o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social” (1995, p.29).

O que se percebe, a partir de estudos sobre o discurso midiático sobre a Amazônia - como os já citados aqui, de Manuel Dutra (2005) e Magali Bueno(2002), mas também da observação cotidiana - é que a temática ambiental, impregnada por *reiteraões* dos mitos e imaginário histórico de caráter exótico e pela *explicitação* de uma permante *redescoberta*, que agora se dá pelo auxílio das tecnologias da mídia” (DUTRA, 2005, p.257), domina o espaço destinado à cobertura dos “fatos” relativos à Amazônia.

A “imensidão” da região; ainda “misteriosa” e mágica; a louvação à natureza, a seu “incalculável” estoque genético ou as denúncias de “devastação”, “desmatamento” da floresta e “destruição” das riquezas naturais são temas centrais nas pautas jornalísticas sobre a Amazônia, seja em programas de TV, jornais e revistas (BUENO, 2002). São todos fatos reais e altamente relevante, sem dúvida, mas de certa forma insuficientes para revelar e fazer refletir sobre a realidade amazônica, mais complexa, diversa e desafiadora.

---

incorporando dimensões sociais e preocupações ambientais, baseado, como coloca Sachs (1990) no tripé - “prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social”.

<sup>8</sup> Sobre o assunto diz Becker: “Na representação simbólico-cultural, o valor da região (amazônica) está condicionado pela centralidade que tem hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da terra. Diversos movimentos ambientalistas corporificados em organizações não governamentais (ONGS) estendem amplamente suas redes na Amazônia graças às telecomunicações, penetrando decisivamente no imaginário planetário”(BECKER, 2004, p.35).



As cidades amazônicas, por exemplo, não são normalmente pautadas pela mídia. A precária qualidade de vida, o grande número de trabalhadores desempregados, desqualificados e empobrecidos (Pereira, 2006) nas cidades médias. A falta de infra-estrutura urbana adequada - uma constante que se evidencia de forma dramática na baixa cobertura de abastecimento de água e quase ausência de rede de esgoto na região<sup>9</sup>. Se é no Nordeste, pobreza, assim com sêca é notícia. Na Amazônia, se não é “verde”, tradicional, folclórico, se assunto é, por exemplo urbano, não é notícia. Ou seja, como diz Dutra, não há *novidade* nos sentidos sobre a Amazônia veiculados pela mídia.

De certa forma, essa repetição de sentidos pode ser percebida também no campo político, de maneira ainda mais nítida durante o período eleitoral, quando o discurso de campanha é discurso político e publicitário. A característica de sedução ou comoção do consumidor (eleitor) em direção ao produto oferecido (o candidato) faz valer a idéia do convencimento do “outro”, ou seja, do receptor, através de “verdades que vão ao encontro de verdades já reconhecidas pelo receptor” (DUTRA, 2005).

Nesse sentido, a mídia e a política, como qualquer proposta comunicativa, tem modos específicos de se dirigir ao seu público, de interpelá-lo, de criar seus receptores, de estabelecer um diálogo com eles; disso dependerá a sua aceitação ou rejeição, seu êxito e seus índices de aprovação, traduzidos em audiência ou voto. Cada emissor elabora seu “outro”, imagina, deseja e institui seu público alvo de formas diferentes, conscientes de que precisa oferecer algum diferencial para que o público opte por eles (NATANSOHN, 2005). Essas modalidades específicas conformam o que é conhecido como modo de endereçamento, que tem a ver com o que, em semiótica, se denomina “contrato de leitura” (VERÓN, 1985), isto é, a forma através da qual os emissores interpelam aos seus públicos como sujeitos do seu discurso.

Ao observar, por exemplo, o tratamento dado à Amazônia durante a recente campanha presidencial, mais especificamente focando as falas dos candidatos sobre a Amazônia durante os debates televisivos realizados no segundo turno das eleições de 2006, evidenciam-se, de forma emblemática os elementos do “contrato de leitura” entre enunciador e receptor. Ou seja, falou-se ou deixou-se de falar o que já era esperado. De início, foi possível perceber duas regularidades nos discursos de ambos os candidatos. A primeira delas, dominante, era a grande ausência da “Amazônia” enquanto tema eleitoral, com toda a complexidade dos dilemas e desafios ao seu desenvolvimento. A segunda era a centralidade ambiental.<sup>10</sup>

Tal centralidade ambiental, se compatível com as representações históricas apropriadas pelo senso comum e portanto factíveis como escolha do discurso político e midiático, tem na verdade um caráter efetivamente contraditório se considerar-se a dimensão dos dilemas do desenvolvimento regional sustentável e, de forma mais específica, o intenso processo de urbanização que vem se dando na região<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> De acordo com dados divulgados pelo PNUD (2005), a região Norte do Brasil tem condições de saneamento piores que as de países africanos como Somália e República Democrática do Congo, que ainda vivem situações de guerra civil.

<sup>10</sup> Somente na última semana da campanha eleitoral, no último (Rede Globo - 27 de Outubro de 2006) dos quatro debates de televisão realizados no segundo turno a Amazônia entra na pauta, reduzida a sua classificação notória, ou seja, circunscrita, e apenas taticamente, à questão florestal (pelo *factóide* de Alckmin que acusava Lula de “privatizar a Amazônia” e a disputa entre quem desmatou mais, governo FHC ou Lula).

<sup>11</sup> Segundo Rocha (2005), com base em estudo realizado pela SUDAM/PNUD (2001), nas últimas três décadas, a região sofreu um intenso processo de inversão demográfica, quando a população urbana na Amazônia Brasileira passou de 35,7% para 68,2%.



#### IV. A reincidente aura do mito: ideologia e hegemonia em questão

Nos diferentes contextos e momentos, os fatores de “auratização”, como coloca Paes Loureiro(1995), ficam evidentes nas diversas formas de relatar os distintos contatos com a Amazônia. A aura mítica sobre a região surge como uma impressão constante, que se traduz nos dias atuais na idéia da megabiodiversidade, como “um bem único e universal, impossível de ser recuperado, se destruído, “acervo de formas de vida incalculáveis, como se ela fosse o fecundíssimo útero do universo;[...] presença constitutiva de valores intranferíveis e intransportáveis” (idem, pg.60). É a mitificação da Amazônia que se renova.

Mas do que se constitui o mito? Para a maior parte das teorias<sup>12</sup>, crucial é a idéia de que os mitos não estão relacionados com o espaço e o tempo comuns, mas se encontram fora dele (OUTWAITE&BOTTOMORE, 1996). A aura mítica manifesta em expressões lendárias, como “era uma vez”, o “fim da história” ou a “Aurora dos Tempos”, assim como o mais recorrente dos mitos em torno do Novo Mundo - o do Eldorado - implica eventos passados ou futuros que não estão diacronicamente ligados ao presente. Os que participam do mito, seja como narradores ou receptores, segundo Eliade (1968, p.34), a exemplo da idéia de “devaneio poético” defendida por Paes Loureiro (2002) em sua construção do imaginário amazônico, seriam transportados temporariamente do mundo cotidiano para um plano onde o tempo é considerado “sacro”, “concentrado” e de “intensidade ampliada”. Tais atributos, segundo Loureiro estão justamente presentes na construção do imaginário sobre a Amazônia:

Para o viajante comum ou o estudioso, este constitui um princípio instaurador, princípio segundo o qual a Amazônia é concebida como um bem único e irrepetível, revelador de um *hic et nunc* que é o resultado de uma acumulação de signos do imaginário universal.[...] Percebe-se nas relações estetizantes com o real da Amazônia, que há um maravilhamento do homem, o que é próprio de quem está diante de algo que é imenso e diante do qual a pequenez do homem se evidencia. (LOUREIRO, 1995, p. 60-61)

Como bem alerta Scharzman (1980, pg29), chamar a atenção para os mitos não significa dizer que eles sejam necessariamente errados ou ilusórios. “O que dá força a um mito é que ele captura uma parte significativa da realidade social, como ela é e como ela é percebida pelas pessoas, e transforma tudo isso em verdades generalizadas”. O desafio é justamente revelar e refletir sobre aquilo que reside além do mito e do senso comum, algo difícil de se operar, já que, via de regra, estes – mito e senso comum- carregam sentidos ou efeitos de sentido muito mais acessíveis à percepção e ao entendimento do que a própria realidade, sempre mais intrincada e complexa. Na Amazônia, então, nem se fala.

##### **A hegemonia na ordem do dia**

Para Fiorin (1995), todos os textos e imagens apresentados pela imprensa, assim como aqueles produzidos por outros campos sociais, materializam uma ideologia, compreendida como visão de mundo, que é sempre “o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social” (1995, p.29). Recorrendo à Fairclough, as práticas discursivas podem ser entendidas nesse sentido como “formas materiais de ideologia”<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> As teorias do mito no século XX podem ser divididas em psicológicas (Freud, Jung), funcionalistas (Malinowski), estruturalistas (Leach, Barthes) e políticas (Sorel). (OUTWAITE&BOTTOMORE, 1996).

<sup>13</sup> As ideologias são “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais)”, em várias dimensões das formas e sentidos das práticas discursivas e que “contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).



A regularidade dos relatos sobre a Amazônia, ontem e hoje, estruturam-se sob a lógica e estratégia dominante (DUTRA, 2004). Nesse sentido, como coloca Dutra, o “desconhecimento e o aparente deslumbramento recorrentes do Brasil a respeito da Amazonia não são fruto de mero descaso ou de observações fortuitas, mas são, antes, elementos de uma postura ideológica”. Continua ele: “para o Brasil, tanto quanto o foi para os primeiros senhores, a região somente tem sentido, geopolítico e, conseqüentemente militar, a partir da manutenção de sua política de estoque de riquezas naturais” (DUTRA, 1999, p.4).

É portanto, segundo Fairclough, no conceito de hegemonia, enquanto um “modo de teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder”, que chegamos a elaborar um foco particular sobre a questão da mudança ou manutenção de regularidades discursivas (FAIRCLOUGH, 2001). Ou seja, o que está em jogo, portanto, é a imposição de sentido, a visão dominante, hegemônica, daquele indivíduo, grupo ou instituição a dar a “última palavra” sobre um assunto em questão. A base para a discussão sobre hegemonia Fairclough vai buscar em Gramsci (1971) – em sua análise do capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária da Europa Ocidental<sup>14</sup>.

Dutra exemplifica, já na introdução de seu livro “A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...”(2004) esta correlação ideologia-hegemonia ao afirmar que:

Distinta entre outros *lugares*, a Amazônia, como enunciado catalisador de múltiplos discursos, mantém e realça fragmentos daqueles sentidos que podemos considerar como fundadores dos discursos das *descobertas*, produto e produtores de uma polarização instituída por práticas discursivas que estabelecem uma lógica dicotômica que dá visibilidade aos recursos naturais e , no mesmo processo, promove a invisibilidade humana. (DUTRA, 2005, Introdução, s/p).

É possível perceber portanto, que o conjunto de relatos sobre a Amazônia, criam, ao longo do tempo, pelo olhar dominant, uma *representação mental sobre a região* (Bourdieu, 1989), que tem a “paisagem da floresta” e, mais especificamente, a “domesticação da natureza”, como elemento recorrente, apesar de suas diferentes finalidades e distintos meios propostos para alcançá-la (BUENO, 2002, p.165).

## V. Alinhavos (in)conclusivos

Ao analisar, ainda que num “sobrevôo”, os enunciados descritivos sobre a Amazônia, é possível perceber, desde o passado remoto até a atualidade e nos diferentes campos, uma regularidade de um certo dizer ou não dizer, que insere renovada a visão mítica da região – do Eldorado do colonizador, do aventureiro, do mega-empresário, do pesquisados, em busca do “ouro”, seja ele amarelo, negro ou verde, ou sob as infinitas cores da biodiversidade.

É perceptível, como diz Foucault (1971), um mesmo sistema de transcrição do que se percebe no que se diz, um mesmo uso de vocábulos e de jogo de metáforas, um certo estilo, que evidencia um certo

---

<sup>14</sup> São várias as significações elencadas pelo autor para o termo que, por sua pertinência, são aqui parcialmente reproduzidas:

“Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios do econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade [...] Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas”. (Gramsci apud FAIRCLOUGH, 2001, p.122)



caráter constante na enunciação sobre a região. Uma enunciação que revela sua estratégia por regularidades: a paisagem como enquadramento central, espetacularizada por um discurso de caráter mítico presente de formas mais ou menos semelhantes, ainda que com finalidades diversas, nos vários momentos e nos diferentes campos discursivos sobre a Amazônia.

Nesse sentido, pode-se dizer que os principais campos discursivos que disputam a produção de sentido sobre a Amazônia (campo científico, campo político, campo midiático) parecem criar, dentro do princípio da interdiscursividade de Maingueneau, uma espécie de zona de influência de mútua afetação, marcada por uma regularidade comum que se retroalimenta pelo enfoque semelhante: a centralidade ambiental, a qual tem, por sua vez, como contrapartida a invisibilidade humana ou na atualidade, a opacidade urbana como o “não dito”. Como dispositivo estratégico, a visão mítica da região a partir de interesses de caráter exógeno.

Se na última década, ainda que de forma insuficiente, as populações tradicionais (populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos) e pequenos produtores, a partir do entendimento etnoecológico, ganharam a conotação de aliados da conservação dos recursos naturais, conquistaram defensores, mobilizaram-se, ganharam visibilidade e de alguma forma, ainda que de forma parcial ou insipiente, inseriram-se ou foram inseridos na agenda pública (COSTA; 1999), com as populações urbanas da região não acontece o mesmo. Nesse sentido, na atualidade, são as populações urbanas - ao olhar do poder político e econômico - os grandes *fantasmas* da Amazônia.

Importante dizer que esta opacidade do urbano na região tem um caráter amplamente contraditório e perverso. Contraditório, quando analisado o intenso processo de urbanização na Amazônia, que aponta para o crescimento de fatores de morbidade típicos da deterioração da qualidade de vida em metrópoles, como por exemplo a escalada da violência urbana. Perverso, porque esta aparente invisibilidade desses segmentos populacionais tende a “naturalizar” a escassez de políticas voltadas a melhorar os dramáticos indicadores sociais das cidades amazônicas.

Inquietações quanto ao enfrentamento e superação dessa pretensa dicotomia centralidade ambiental/opacidade urbana na Amazônia começam a ganhar corpo nas agendas de pesquisa. Alguns estudos apontam para esse caminho de retomada de um olhar, diga-se talvez, mais sociológico em contraposição a um certo biologismo que dominou as análises das dinâmicas regionais nas últimas duas décadas e meia. Mas é na fronteira dos campos discursivos, entre a ciência, a política e a mídia, espaço de interação e de influência entre a produção de conhecimento, a disseminação de informações e a tomada de decisões e ações públicas, que se revela o desafio mais delicado e exigente: como revelar a Amazônia para além do mito? Como contribuir para gerar um novo senso comum, de dimensões mais diversas, mais condizente com a realidade e desafios atuais da região?. Tal desafio não permite respostas fáceis nem busca consenso, mas requer quebra de lógicas e de padrões dominantes e busca compromisso, com a história, a cultura e o ritmo dos atores locais.

### ***Bibliografia:***

BAKHTIN, Mikail. O Discurso de Outrem. In: *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995. pp.144-173.



- \_\_\_\_\_. O romance polifônico de Dostoiévski e seu enfoque na crítica literária. In: *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 2ªed. Revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. (pp. 3-45)
- BECKER, Bertha. Desfazendo Mitos: Amazônia uma Selva Urbanizada. In: ARAGÓN, Luiz E. (Org). *Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1992. pp. 523-562.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.
- BROWDER, John O. E GODFREY, Brian J. *Cidades da Floresta: Urbanização, Desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Tradução de Gisele Vieira Goldstein. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006. 384 p.
- BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiros sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos e da mídia impressa*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana-USP, São Paulo, 2002. 187 p. Disponível em [http://www.Dissertação\\_Magali\\_Saber\\_USP.pdf](http://www.Dissertação_Magali_Saber_USP.pdf) Acessado em 05.11.2006.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CUNHA, Euclides. prefácio do livro Inferno Verde, de Alberto Rangel In: *Parcerias Estratégicas*, n.12, Setembro de 2001. p.329-30. Disponível em <http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias12/19Euclides.pdf>
- DUTRA, Manuel Sena. *A Natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...* Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005, 279 p.
- \_\_\_\_\_. *Amazônia: antigas e novas representações*. In: Dutra, Manuel. O Pará dividido. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT. Michel. *A Arqueologia do Saber*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (pp. 23-77)
- \_\_\_\_\_. Verdade e Poder. Cap.I In: *Microfísica do Poder*. 11ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (pp.1-13)
- FERNANDES, Marionila. Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, M e GUERRA, L.(Orgs). *Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UNAMAZ, 2003. pp.131-169.
- GONDIN, Neide, *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GUIMARÃES, R.P.: O desafio político do desenvolvimento sustentado. LUA NOVA 35 (1995)
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* -3ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- LOUREIRO, João Jesus de Paes. *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup, 1995. 448 p.
- MANGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 2ªed., 1993.
- \_\_\_\_\_. *Termos-chave da análise de discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra “invenção” da Amazônia: Religiões, Histórias, Identidades*. Belém: Cejup, 1999. 283 p.
- MEDEIROS LAHUERTA, F. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, Vol. X, núm. 218 (64). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>> [ISSN: 1138-9788]
- PINTO, Milton José. *Comunicação & Discurso: Introdução à análise de discursos*. 2ª ed. São Paulo: Hackers Editores, 2002.
- PEREIRA, José Carlos M. A urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In: DUARTE CARDOSO, Ana C.(org). *O Rural e o Urbano na Amazônia: Diferentes Olhares em Perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006. pp.23-54.



PNUD/ BRASIL. *Em esgoto, região Norte é pior que África*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/saneamento/reportagens/index.php?id01=1016&lay=san> Acessado em 10 de Dezembro de 2006.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. 5ª Ed. Revista. Manaus: Editora Valer, 2001.

ROCHA, Gilberto de M. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia Brasileira. In: Aragón, Luiz E. (org). *Populações da PanAmazônia*. NAEA/UFPA/UNESCO: Belém, 2005. pp. 141-152.

SCHWARTZMAN, Simon. *Ciência, Universidade e Ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

STEINBRENNER R. *No balanço das redes: uma discussão sobre a importância de redes sociais de comunicação interpessoal para o desenvolvimento de comunidades rurais amazônicas*. Monografia. UFPA/NAEA, 2004. Belém

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. Série Comunicação. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Meeting the MDG drinking-water and sanitation target: A mid-term assessment of progress . Disponível em; [http://www.who.int/water\\_sanitation\\_health/monitoring](http://www.who.int/water_sanitation_health/monitoring)